

GÊNESE HISTÓRICA DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS/RN: UMA BREVE ANÁLISE ESPACIAL

GÉNESIS HISTÓRICA DE LA FORMACIÓN TERRITORIAL DEL MUNICIPIO DE PAU DOS FERROS/RN: UN BREVE ANÁLISIS ESPACIAL

HISTORICAL GENESIS OF THE TERRITORIAL FORMATION OF THE MUNICIPALITY OF PAU DOS FERROS/RN: A BRIEF SPATIAL ANALYSIS



Paula RAVENNA¹

e-mail: ravenna630@gmail.com



Franklin Roberto da COSTA²

e-mail: franklincosta@uern.br

Como referenciar este artigo:

RAVENA, R.; COSTA, F. R. Gênese histórica da formação territorial do município de Pau dos Ferros/RN: uma breve análise espacial. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 9, n. 00, e025007. e-ISSN: 1984-1647. DOI: 10.35416/2025.10145



| Submetido em: 05/07/2024

| Revisões requeridas em: 29/04/2025

| Aprovado em: 10/08/2025

| Publicado em: 10/10/2025

Editores: Prof. Dr. Nécio Turra Neto
Profa. Me. Karina Malachias Domingos dos Santos

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros – Rio Grande do Norte (RN) – Brasil. Licenciada em Geografia pela UERN.

² Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros – Rio Grande do Norte (RN) – Brasil. Professor Associado, Classe 3, Nível 11, Docente do Departamento de Geografia da UERN, Campus Pau dos Ferros – CAPF/UERN.

RESUMO: O território brasileiro vem sofrendo, historicamente, inúmeras mudanças em seu ordenamento territorial, resultantes de processos políticos, sociais, econômicos, geográficos e culturais. Pau dos Ferros, município situado na porção oeste do Estado do Rio Grande do Norte, insere-se nesse contexto. Desmembrado do município de Portalegre pela Resolução Provincial n.º 344/1856, Pau dos Ferros vem exercendo grande influência na consolidação da formação territorial do Alto Oeste potiguar, pois, de seu território, foram criados quatorze (14) novos municípios. O arcabouço metodológico deste estudo foi embasado em revisões bibliográficas, tendo como suporte as técnicas do Sistema de Informação Geográfica – SIG, que serviram de subsídio para o aporte cartográfico da pesquisa, contribuindo para a elaboração de mapas temporais referentes ao período de 1872 a 2021, cuja principal finalidade foi apresentar a involução territorial que o município sofreu nos últimos 149 anos, decorrente dos desmembramentos territoriais.

PALAVRAS-CHAVE: Geotecnologias. Involução Territorial. Município. Nordeste Brasileiro.

RESUMEN: El territorio brasileño ha sufrido históricamente numerosos cambios en su orden territorial, resultantes de procesos políticos, sociales, económicos, geográficos y culturales. En este contexto se encuentra Pau dos Ferros, municipio ubicado en la porción occidental del Estado de Rio Grande do Norte. Separado del municipio de Portalegre por resolución provincial n.º 344/1856, Pau dos Ferros viene ejerciendo gran influencia en la consolidación de la formación territorial de la región del Alto Oeste Potiguar, ya que a partir de su territorio se crearon catorce (14) nuevos municipios. El marco metodológico de este estudio se basó en revisiones bibliográficas, apoyadas en las técnicas del Sistema de Información Geográfica (SIG), que sirvieron de subsidio para el aporte cartográfico de esta investigación, contribuyendo a la creación de mapas temporales entre el período 1872-2021, cuyo objetivo principal fue presentar la involución territorial que ha sufrido el municipio en los últimos 149 años, producto de desmembramientos territoriales.

PALABRAS CLAVE: Geotecnologías. Involución territorial. Municipio. Nordeste de Brasil.

ABSTRACT: The Brazilian territory has historically suffered numerous changes in its territorial order, resulting from political, social, economic, geographic, and cultural processes. Pau dos Ferros, a municipality located in the western portion of the State of Rio Grande do Norte, is in this context. Separated from the municipality of Portalegre by provincial resolution No 344/1856, Pau dos Ferros has been exerting great influence in the consolidation of the territorial formation of the Alto Oeste Potiguar region, as fourteen (14) new municipalities were created from its territory. The methodological framework of this study was based on bibliographic reviews, supported by the techniques of the Geographic Information System (GIS), which served as subsidies for the cartographic contribution of this research, contributing to the creation of temporal maps between the period 1872-2021, whose main purpose was to present the territorial involution that the municipality has suffered in the last 149 years, resulting from territorial dismemberments.

KEYWORDS: Geotechnologies. Territorial Involution. Municipality. Northeast Brazil.

Introdução

O presente estudo propôs investigar a gênese histórica da formação territorial do município de Pau dos Ferros, localizado na região oeste do Estado do Rio Grande do Norte, tendo como arcabouço metodológico os fundamentos da Cartografia, representando o processo de involução cartográfica. Foram utilizadas fontes cartográficas já existentes, bem como a produção de novos materiais que se desenvolveram a partir das Geotecnologias, tendo como suporte o Sistema de Informação Geográfica (SIG). No ambiente SIG, foram analisadas as transformações ocorridas, tanto no que concerne à extensão territorial do município, como ao seu contexto populacional.

O processo de involução cartográfica destacado no presente estudo é explicado pelas diversas mudanças do ordenamento territorial do município, no qual os limites foram (re)delimitados inúmeras vezes até a atual configuração apresentada, resultando na perda de territórios e modificando, assim, os limites administrativos pela diminuição do território paufferrense (Menezes; Dias; Costa, 2003). Buscou-se, assim, reedificar historicamente como era a divisão político-administrativa de Pau dos Ferros a partir de 1872, dado inicial disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nessa perspectiva, em suma, buscou-se mostrar a evolução cartográfica reversa de Pau dos Ferros, salientando, dessa forma, as várias mudanças ocorridas no tocante aos limites administrativos do município a partir de um recorte temporal (1872-2021). Evidenciou-se, assim, a involução cartográfica do município em questão, mostrando uma redução de 1.826,48 km² da área territorial nos últimos 149 anos.

Desenvolvimento

Revisão de Literatura

Desde o início do período colonial do Brasil, intensas dinâmicas territoriais vêm ocorrendo na organização espacial em todas as partes do país (Guedes; Freitas, 2019). Nesse caso, a configuração territorial brasileira sofreu e vem sofrendo alterações no tocante às delimitações das esferas municipais e estaduais, principalmente durante o século XX, quando o Estado do Rio Grande do Norte passou por processos de desmembramentos em sua configuração territorial, bem como em sua estrutura política, cultural e socioeconômica. Cascudo (1968) e Dantas (2008 [1922]) discutem o processo da gênese dos municípios, mas

não destacam os agentes políticos e socioeconômicos vinculados às fragmentações dessas porções territoriais.

Por volta do século XVII, durante a colonização do interior da Capitania do Rio Grande, que posteriormente viria a se tornar o Estado do Rio Grande do Norte, iniciou-se o processo de ocupação do sertão potiguar, após a expulsão dos holandeses. A partir disso, as propriedades latifundiárias passaram a se estabelecer nesses locais, que eram habitados pelos povos nativos, os indígenas (Teixeira, 2017).

Diante desse olhar sobre a gênese histórica potiguar, estudos constataram que, a partir do século XVIII, vaqueiros viajantes, oriundos do Recôncavo Baiano, seguiam caminhos até os sertões do Nordeste, entre eles o do Rio Grande do Norte. Foi por meio dessas rotas que os vaqueiros dominaram regiões e formaram povoados embasados na atividade criatória e no cultivo (Barreto, 1987).

Nesse devir, Teixeira (2017) afirma que, a partir do século XVIII, o processo de ocupação do interior potiguar ganha força. A população que migrou para essas áreas se concentrava ao longo dos rios, pelas condições favoráveis a atividades como a pecuária e o cultivo da cana-de-açúcar; fazendas de gado se instalaram próximas a importantes rios, a exemplo do Apodi-Mossoró, durante a evolução do povoamento dessas áreas.

Esse período é definido pelo processo de ocupação e desbravamento do sertão da Capitania do Rio Grande (bem como das localidades próximas) e pela formação de novos espaços, sendo marcado pelo começo de um novo modelo de organização territorial, a partir do sistema político-administrativo e do desenvolvimento da população não nativa (Teixeira, 2017, p. 07).

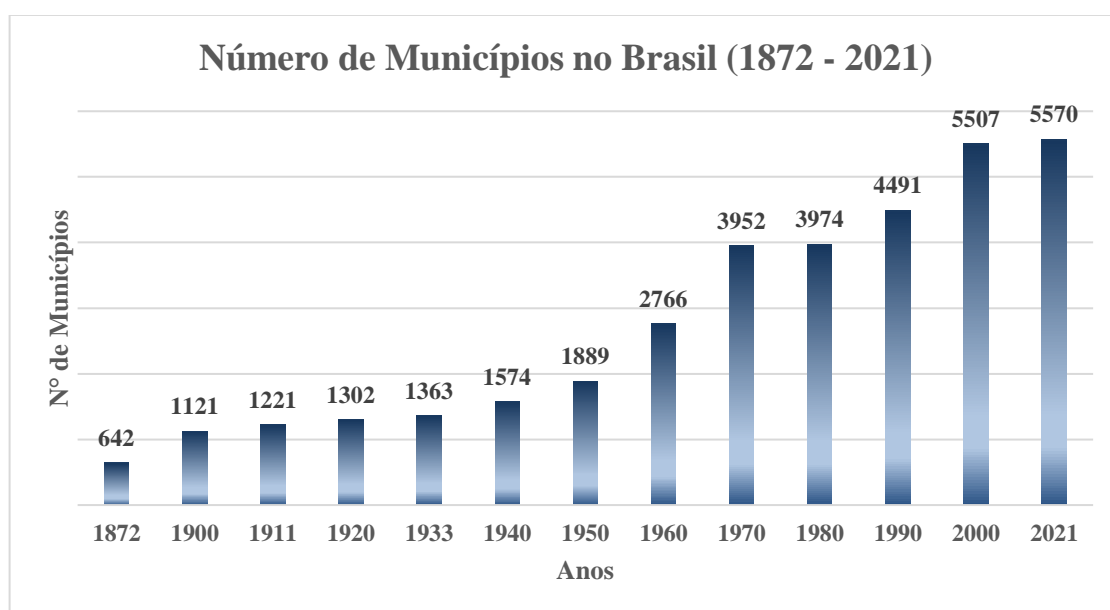
O autor supracitado afirma que, durante o período colonial, a pecuária atuou como um fator determinante para a formação socioespacial do Rio Grande do Norte e também para a origem de novos aglomerados, configurando-se como a principal atividade econômica da Capitania do Rio Grande. Nesse ínterim, surgiu o município de Portalegre, que possuía um papel importante para a cultura indígena, e o então distrito de Pau dos Ferros se integrou a ele. Posteriormente, no ano de 1856, Pau dos Ferros foi desmembrado do município serrano, emancipando-se. É importante salientar que, até o início do século XX, a criação de gado ainda atuava ativamente no interior do Estado e contribuiu de forma significativa para a formação da identidade do sertão potiguar.

Pau dos Ferros teve sua formação relacionada aos caminhos percorridos pelos boiadeiros, servindo como atalho e ponto de descanso dos itinerários longos e cansativos

(Barreto, 1987). Nesse sentido, sua emancipação ocasionou mudanças no que se refere ao meio, bem como nas relações sociais, principalmente no tocante ao pertencimento dos moradores do município ao longo dos anos. Ademais, é importante salientar que, após seu desmembramento, vários distritos, como os Panatis (atual Marcelino Vieira) e Joaquim Correia (atual Encanto), que estavam localizados em seu entorno, passaram a integrar o município. No entanto, durante as décadas de 1950 e 1960, as emancipações desses distritos se intensificaram, desmembrando-se de Pau dos Ferros (IBGE, 2017).

As mudanças decorrentes desses desmembramentos e formações levaram a uma nova configuração territorial, fato que pode ser explicado em todo o país, pois o Brasil passou por diversas transformações na constituição de sua malha municipal, apresentando potencialidade para o intenso desmembramento e formação de novas administrações políticas locais, o que evidencia uma evolução significativa nos últimos 149 anos (IBGE, 2017) (Figura 1).

Figura 1 – Evolução dos municípios do Brasil entre o período 1872 a 2021



Fonte: Adaptado de IBGE (2022).

Observando a Figura 1, percebe-se que, em 1872, havia 642 municípios no país, número que duplicou em 50 anos, quando se registrou o total de 1.302 municípios, em 1920. No ano de 1950, houve um aumento, chegando a 1.890 municípios. Entretanto, em 20 anos, esse número cresceu gradativamente, atingindo 3.959 municípios em 1970. De 1970 até os dias atuais, houve um aumento acima de 70%, totalizando 5.570 municípios.

Nesse contexto, entende-se que, no decorrer cronológico da implementação dos municípios no Brasil, são perceptíveis mudanças intensas, sobretudo no que concerne às bases governamentais, as quais se justificam a partir da formação dos estados e municípios hodiernos. Compreende-se, portanto, que a criação dos municípios se aplica a debates impetuosos entre municípios e assembleias estaduais, bem como pesquisas têm evidenciado o liame entre oligarquias que atuam, até hoje, na formação do território norte-rio-grandense, como modernizadores no processo de ocupação dessa área (Gomes, 2015; Barbosa, 2016).

Para entendermos a formação do território norte-rio-grandense, faz-se necessário compreender o conceito de território, considerado um conceito relacionado à produção da civilização histórica, resultado de seus aspectos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Dessa forma, Souza (1995, p. 78) reforça o pensamento de que o território é uma área demarcada com base nas relações de domínio.

Entretanto, o território não pode ser compreendido apenas por um viés político, pois, em sua constituição, atrelam-se outros componentes, como identidade, economia e geografia; dessa forma, é descrito pelo caráter transdisciplinar, como afirma Cazzolato (2011, p. 65).

A palavra território, em latim *territorium*, deriva-se do termo *terra*, sendo utilizada no sistema jurídico romano para designar pedaço de terra apropriado dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa. Em outro sentido, refere-se à analogia existente entre *terra-territorium* e *terreo-terror* (que, traduzido, significa “aterrorizar aquele que aterroriza”) (Haesbaert, 2009, p.43).

O território é constantemente confundido com outros conceitos geográficos, a exemplo do espaço, conceito-chave da Geografia. No entanto, como afirma Andrade (2004), território não deve ser confundido com os conceitos de lugar e espaço, estando ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma área. Deve-se associar a ideia de território ao poder, referente aos poderes público e estatal, bem como ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Nesse sentido, é importante compreender que o espaço antecede o território. Raffestin (1993) ratifica essa ideia ao afirmar que o território se forma a partir do espaço, sendo resultado de uma ação conduzida por atores que, ao se apropriarem desse espaço, concreta ou por representação, territorializam-no. Nesse sentido, o autor supracitado discute a territorialização como uma particularidade individual do território, destacando que cada conjunto possui sua própria territorialidade.

Haesbaert (2004, p. 13), ao refletir sobre território, afirma que:

A verdade é que o território não deve ser visto nem simplesmente como um objeto em sua materialidade, nem como um mero recurso analítico elaborado pelo pesquisador. Assim como não é algo dado, presente de forma inexorável na nossa vida, também não é uma mera invenção, seja como instrumento de análise dos estudiosos, seja como parte da “imaginação geográfica” dos indivíduos (Haesbaert, 2004, p. 13).

Souza (2000), por outro lado, afirma que o território nasce na Geografia Política. Nesse contexto, o autor fundamenta que o primeiro grande autor da Geografia Política, o alemão Friedrich Ratzel, reforça a compreensão de que o território é ideologicamente ligado ao Estado (Souza, 2000).

Nesse contexto, para o entendimento da organização do território atual de Pau dos Ferros, foi necessário compreender, a partir de levantamentos bibliográficos, os processos de formação e involução territorial, que objetivam destacar a importância no processo das diversas divisões político-administrativas do município. Nesse âmbito, não desconsiderando os diversos enfoques acerca do conceito de território, para o presente estudo foi trabalhada essa definição na perspectiva de que o território é um espaço concreto, alicerçado nas concepções de autores como Souza (1995; 2000) e Raffestin (1993), como uma área que é construída e delimitada a partir das relações de poder.

Relacionando a área de estudo a esse ambiente histórico, no processo de formação territorial, é válido ressaltar que, desde sua formação, em 1856, Pau dos Ferros sofreu perdas territoriais. Segundo o IBGE (2017), vários distritos e povoados que eram anexados ao município passaram a se emancipar de forma acentuada entre as décadas de 1950 e 1960. Isso pode ser explicado pelos interesses políticos das oligarquias locais, isto é, das lideranças em nível municipal de uma população segregada a partir das hegemonias políticas, nas quais uma pequena parcela de pessoas dispõe do poder sobre determinado território, contribuindo para as divisões político-administrativas e para o aumento das desigualdades socioespaciais (Leal, 1976; Ribeiro; Santos Junior, 2005).

Quando se fala em formação territorial, é importante lembrar que um território se constitui a partir de processos de colonização das áreas, que são penetradas, geralmente, por pequenos grupos de alto poder aquisitivo e que passam a exercer relações de domínio sobre determinada porção territorial. Um exemplo em destaque é o caso da antiga Capitania do Rio Grande, hoje Estado do Rio Grande do Norte, que era antes habitada por diversos povos indígenas e que, após a chegada e penetração da Coroa Portuguesa, passaram a ser

subordinados, perdendo progressivamente seus territórios, bem como a identidade local (Teixeira, 2017).

Moraes (1999) afirma que a colonização é uma conquista em um determinado território. Importante enfatizar que o autor destaca três (3) princípios primordiais para o processo de formação territorial: o território é uma construção bélica/militar; é uma construção jurídica; e é uma construção ideológica. Nessa perspectiva, o autor cita que isso não acontece, obrigatoriamente, no encadeamento ou sequência em destaque.

Nesse âmbito, é necessário salientar as mudanças territoriais, bem como a perspectiva paisagística, que consiste na configuração espacial atual. Nesse caso, a Cartografia se fez presente neste trabalho como subsídio para a compreensão das mudanças dos limites territoriais de Pau dos Ferros. Essa observação foi possível a partir de dados temporais disponibilizados pelo IBGE, entre o período de 1872 até os dias hodiernos.

Materiais e Métodos

Área de estudo

O município de Pau dos Ferros está situado na porção Oeste do Rio Grande do Norte, distante 400 km da capital do Estado, Natal, dispondo de uma área total de 259,96 km², equivalente a 0,52% da superfície estadual (Figura 2). Possui uma área urbana de aproximadamente 5 km² (Costa, 2010), com uma população estimada para o ano de 2020 de 30.600 pessoas, cuja densidade demográfica é de 106,73 hab./km², de acordo com o IBGE (2017).

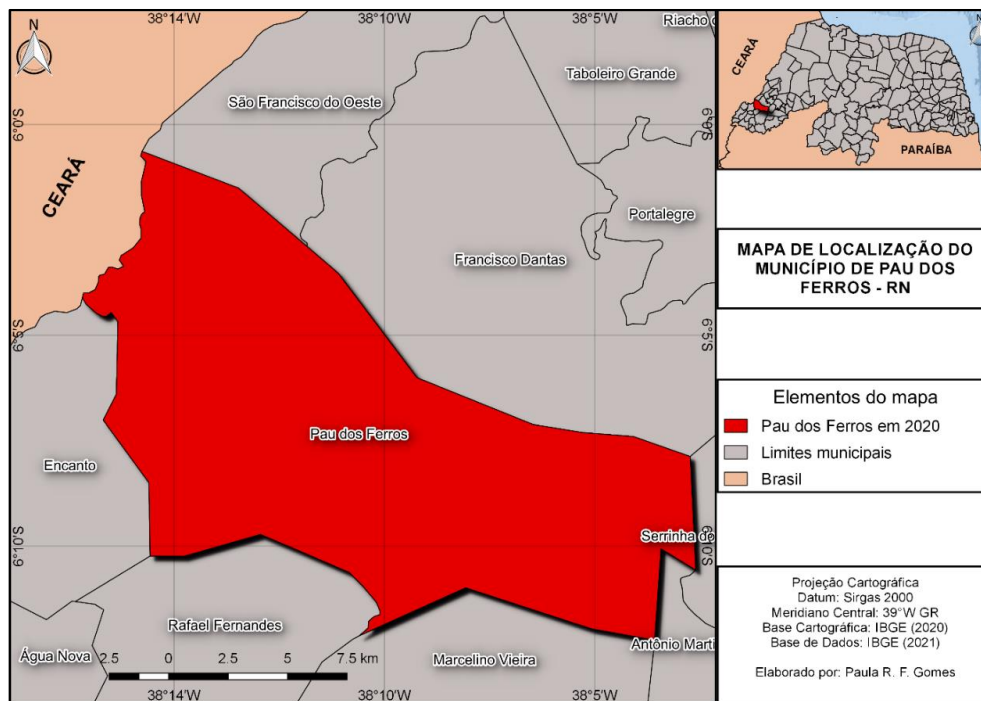
Procedimentos metodológicos

No tocante ao método, utilizou-se o hipotético-dedutivo, sendo um componente importante de um trabalho científico e caracterizado por um conjunto de técnicas indispensáveis para a formação de um resultado validado cientificamente (Prodanov; Freitas, 2013).

Para identificar os processos de involução cartográfica, foram realizadas pesquisas em órgãos públicos de diferentes esferas políticas, a partir de programas, leis e demais documentos que comprovassem a expansão dos limites territoriais ao longo dos anos propostos.

Foram realizadas revisões bibliográficas de autores que trabalham o conceito de território para compreender o processo histórico da configuração territorial do município de Pau dos Ferros (RN).

Figura 2 – Limites territoriais do município de Pau dos Ferros (RN)



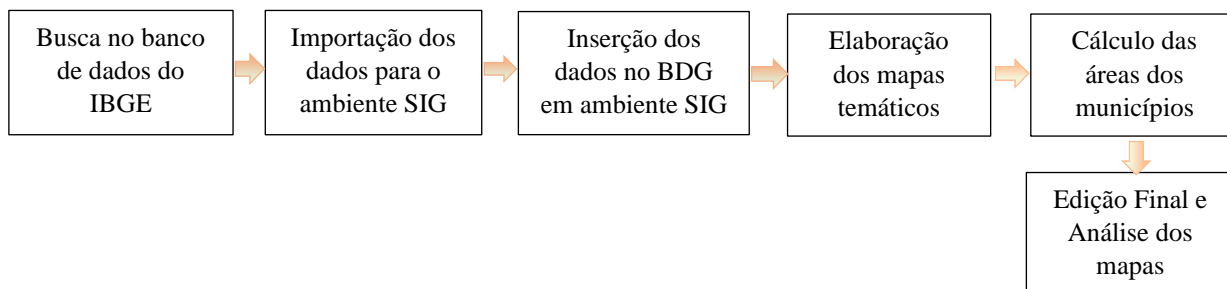
Fonte: IBGE (2020). Elaborado pelos autores (2023).

A metodologia descritiva exposta buscou evidenciar as relações entre o território, com o objetivo de analisar como se deu o processo de ocupação dessa área, os desmembramentos dos distritos que compunham o município e a delimitação territorial no presente.

O mapeamento da área em estudo foi elaborado tendo como referência as ferramentas existentes no software QGIS, que permitiram a elaboração dos mapas históricos e atuais do município. Importante salientar que o IBGE disponibiliza os arquivos vetoriais da evolução temporal dos limites municipais, desde os anos de 1872 até os dias atuais, em um recorte temporal de 10 em 10 anos.

Para entender melhor a metodologia voltada para a execução dos mapas, sintetizamos as etapas de acordo com o organograma abaixo (Figura 3):

Figura 3 – Etapas de execução dos mapas temáticos e dos dados populacionais



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A escala de análise foi a nível municipal, com uma escala cartográfica de 1:25.000 em formato shapefile, uma vez que é a escala disponibilizada pelo referido órgão. Esses dados foram armazenados em ambiente SIG, em um Banco de Dados Geográficos (BDG), e analisados de tal forma que foi possível apresentar um quadro demonstrando a evolução/involução cartográfica, bem como os dados populacionais ao longo do tempo.

É válido salientar que o método de involução cartográfica adotado e a metodologia exposta pelo IBGE se diferenciam, pois os dados da malha municipal obtidos pelo referido órgão não disponibilizam referências cartográficas anteriores a 1872. Nesse âmbito, a metodologia utilizada para a realização desta pesquisa desconsidera as alterações anteriores ao ano mencionado.

Resultados

Aspectos históricos da formação do território Pauferrense

Ferreira e Sampaio (2016) afirmam que o município de Pau dos Ferros pertencia à jurisdição de Portalegre. A chamada Vila de Portalegre foi fundada em 8 de dezembro de 1761, integrando os municípios de Apodi, Caraúbas e Janduís até São Miguel, a oeste, limitando-se com o Ceará (Cavalcante *et al.*, 2010).

Para Barreto (1987), Portalegre apresentava condições naturais que não permitiam a manutenção da administração de Pau dos Ferros, uma vez que o município já possuía condições para sua autonomia administrativa.

A povoação de Pau dos Ferros, devido a sua posição topográfica e as suas vias de comunicações, tinha mais movimento comercial e as suas relações com os centros mais adiantados do Rio Grande do Norte e das capitanias vizinhas

eram mais intensas. Das três freguesias existentes a oeste da capitania, no fim do século XVIII – Apodi, Portalegre e Pau dos Ferros – esta última era a mais populosa e a de maior produção agrícola. Era, portanto, justo que os seus habitantes trabalhassem com intensidade e empenhassem todos os meios ao seu alcance para conseguirem a sua autonomia política e administrativa (Barreto, 1987, s.p).

Segundo Barreto (1987), em 4 de setembro de 1856, após solicitação do deputado Benvenuto Vicente Fialho, o presidente da província, Dr. Antônio Bernardo Passos, sancionou a Lei n.º 344, elevando à categoria de vila a povoação de Pau dos Ferros e determinando os limites do novo município.

De acordo com o IBGE (2021), houve uma série de alterações nos limites territoriais do município a partir da elevação à categoria de município, instalada em 19 de janeiro de 1857. Uma das primeiras alterações foi a criação do distrito de Vitória (atual Marcelino Vieira), pela Lei Municipal n.º 05, de 2 de setembro de 1902. Em 1924, o distrito de Pau dos Ferros foi elevado à condição de cidade e, em 1933, o distrito de Vitória foi extinto.

Ainda segundo o IBGE (2021), no ano de 1938, foi recriado o distrito de Vitória e reanexado ao município de Pau dos Ferros, a partir do Decreto Estadual nº 603, de 31 de outubro de 1938, vigorando no período de 1939 a 1943. Posteriormente, esse distrito passou a se denominar Panatis.

Em 23 de dezembro de 1948, foi criado o distrito de Riacho de Santana e anexado ao município de Pau dos Ferros, que, em 1950, apresentava três distritos: Pau dos Ferros, Panatis e Riacho de Santana. É importante salientar que os municípios citados possuíam uma área territorial maior do que a atual, onde, ao longo dos anos, também passaram por processos de alterações territoriais (desmembramentos). Pela Lei Estadual n.º 909, de 1953, o distrito de Panatis foi elevado à categoria de município, com o nome de Marcelino Vieira (IBGE, 2021).

No ano de 1953, foi formada a jurisdição de Joaquim Correia e anexada ao município de Pau dos Ferros, a partir do Decreto Estadual n.º 55, de 21 de dezembro de 1953. Na mesma data, foi criado o distrito de Rafael Fernandes e agregado, também, ao município em questão. Assim, em 1955, Pau dos Ferros passou a ser constituído por quatro distritos: Pau dos Ferros, Joaquim Correia, Rafael Fernandes e Riacho de Santana, mantendo-se essa configuração até o ano de 1960.

Nos anos de 1962 e 1963, foram desmembrados distritos do município de Pau dos Ferros: Riacho de Santana, Joaquim Correia, com a designação de Encanto, e Rafael Fernandes, respectivamente, sendo elevados à categoria de município.

Involução cartográfica dos limites territoriais de Pau dos Ferros (1872-2020)

O território paufferrense passou por intensas alterações desde o ano de 1872 até os dias atuais. Para exemplificar, vejamos o Quadro 1 e as Figuras 4 A, B, C, D, E, F e G.

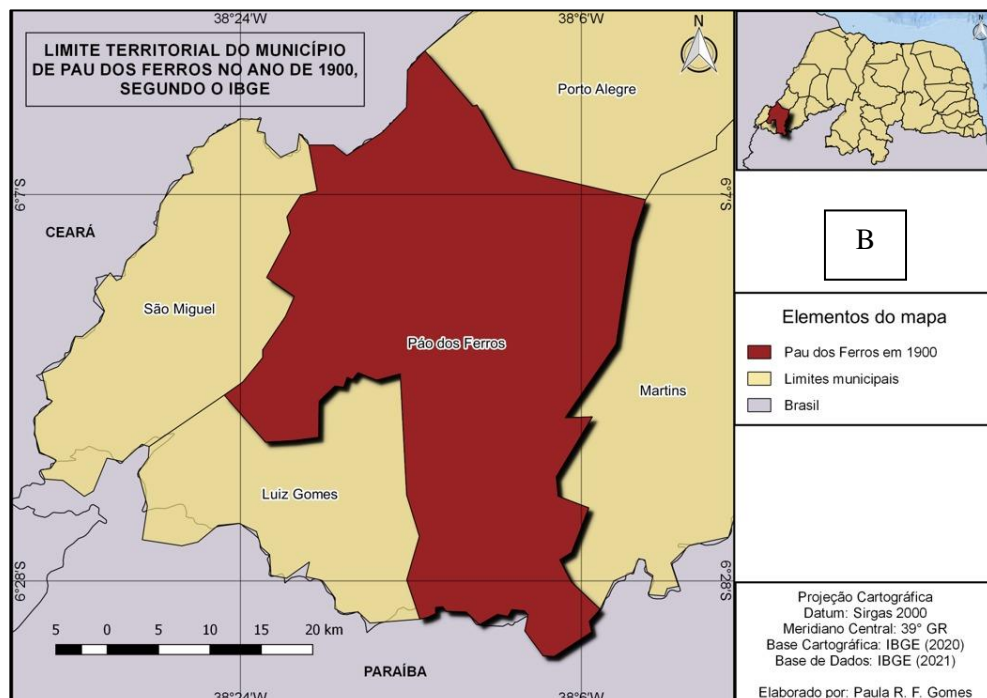
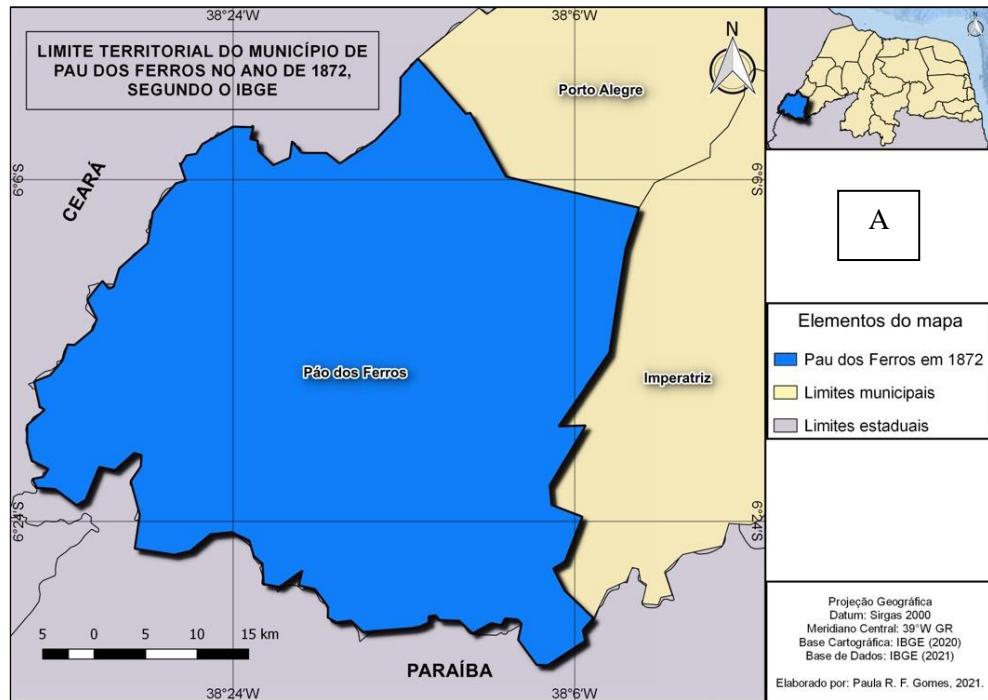
Quadro 1 – Dimensão territorial de Pau dos Ferros entre 1872 a 2020 e os municípios pertencentes ao território do Alto Oeste Potiguar

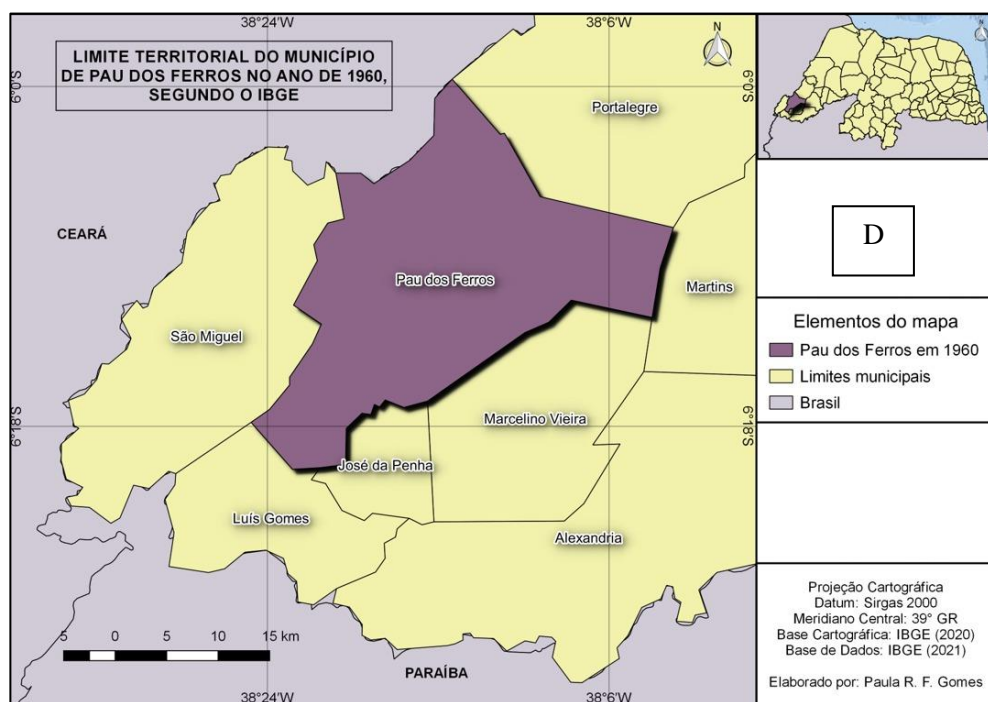
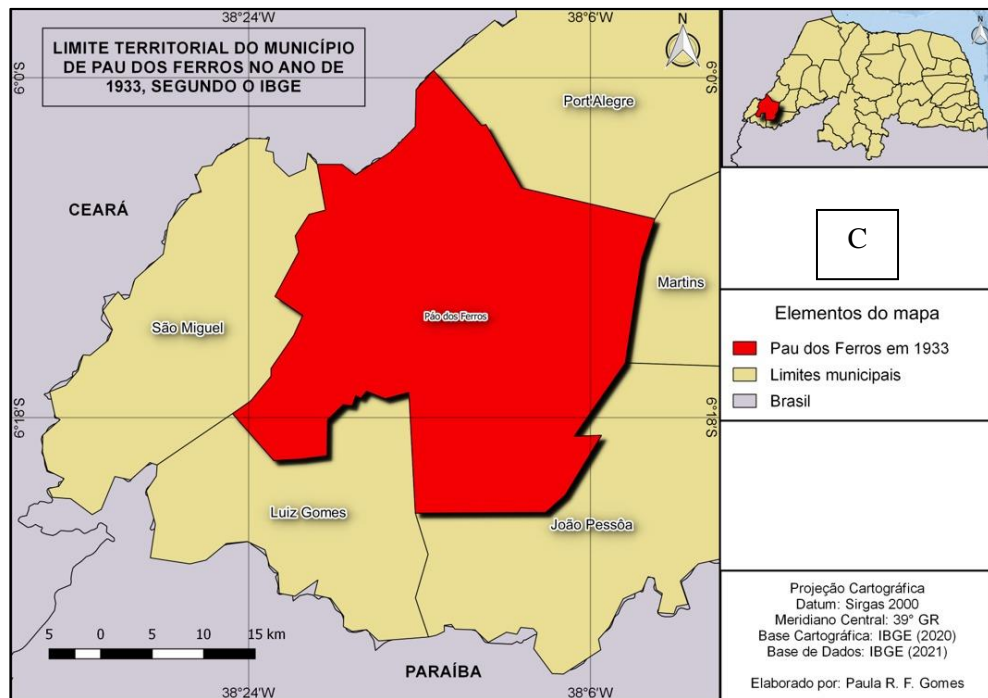
ANO	Qtd. de municípios	Nome dos Municípios	Área KM²	População
1872	15	Pau dos Ferros, Rafael Fernandes, Água Nova, Marcelino Vieira, Luís Gomes, Encanto, Tenente Ananias, Alexandria, Doutor Severiano, Riacho de Santana, São Miguel, Major Sales, José da Penha, Paraná e Coronel João Pessoa.	2.086,44	19.635
1900	8	Pau dos Ferros, Rafael Fernandes, Água Nova, Marcelino Vieira, Encanto, Riacho de Santana, Tenente Ananias e Alexandria.	1.204,87	5.827
1933	6	Pau dos Ferros, Rafael Fernandes, Água Nova, Marcelino Vieira, Encanto e Riacho de Santana.	996,24	-
1960	5	Pau dos Ferros, Rafael Fernandes, Água Nova, Encanto e Riacho de Santana.	671,95	16.678
1970	1	Pau dos Ferros	277,65	12.138
1991	1	Pau dos Ferros	277,65	20.827
2022	1	Pau dos Ferros	259,96	30.479

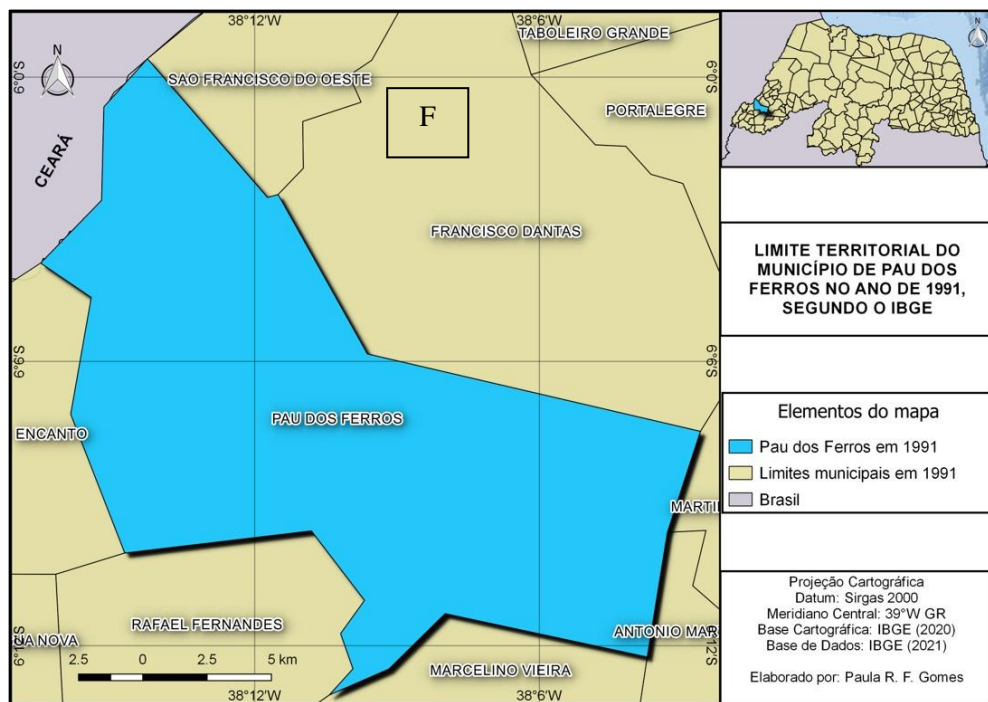
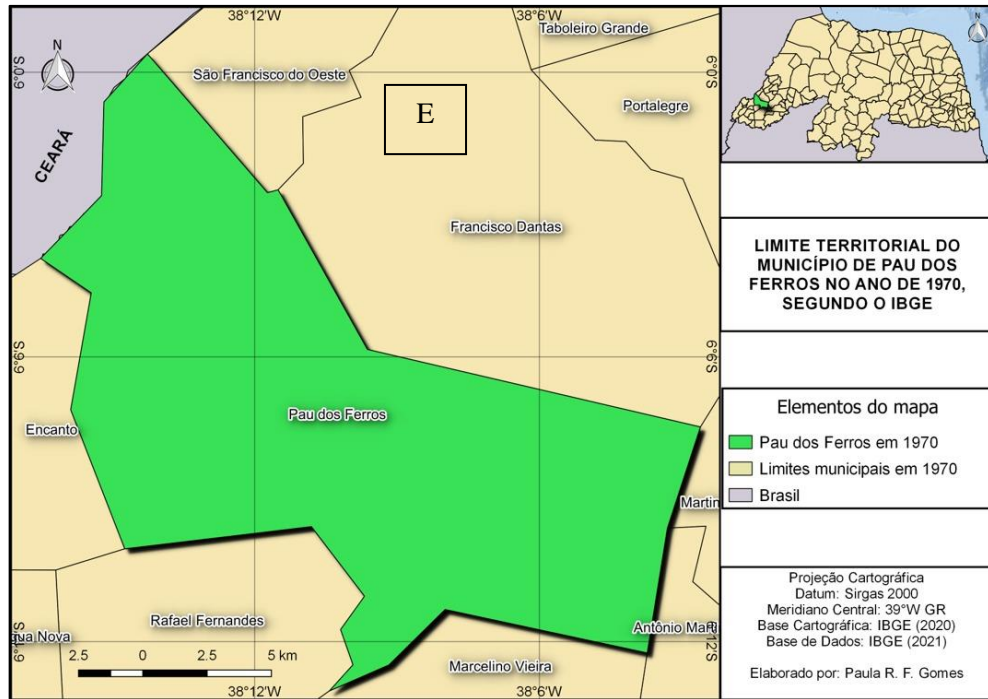
Fonte: Elaborado pelos autores.

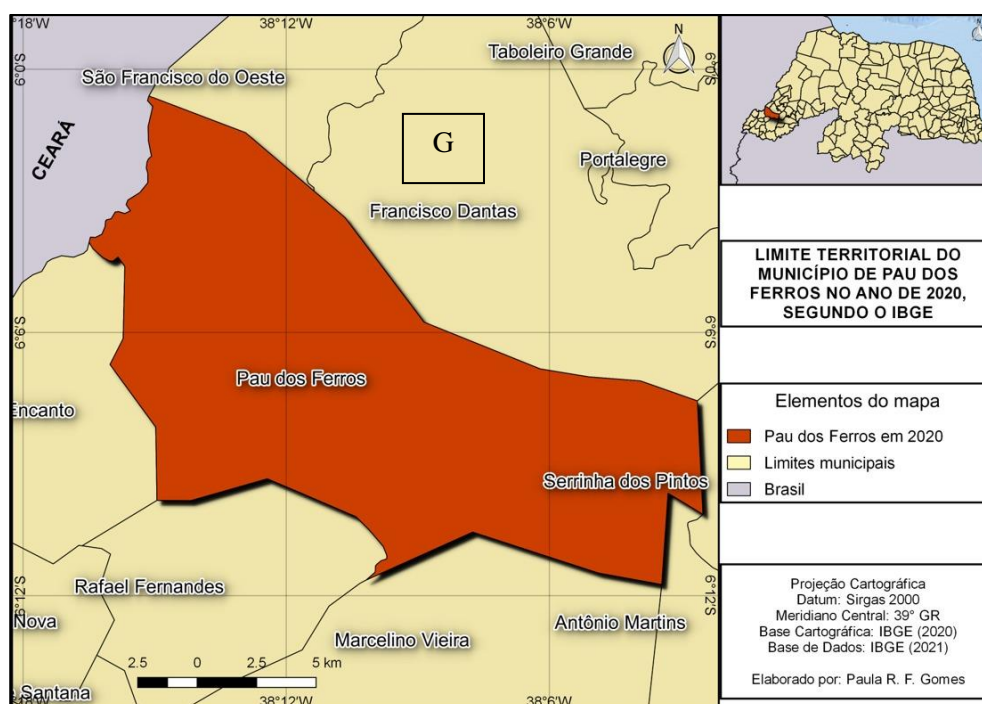
No Quadro 1, observa-se que, no ano de 1872, o município de Pau dos Ferros apresentava uma área de 2.086,44 km², correspondente, nos dias atuais, a 15 municípios pertencentes ao Alto Oeste Potiguar. Nesse período, é importante destacar que o município fazia fronteira com o Estado da Paraíba, na sua porção sul, e com o Estado do Ceará, na porção oeste. Segundo o IBGE (2021), em 1872, a população de Pau dos Ferros era de 19.635 habitantes, considerada a terceira maior população do Estado, atrás apenas de Nova Cruz (20.939) e Natal (20.392).

Figura 4 – A. Pau dos Ferros em 1872; B. Pau dos Ferros em 1900; C. Pau dos Ferros em 1933; D. Pau dos Ferros em 1960; E. Pau dos Ferros em 1970; F. Pau dos Ferros em 1991; G. Pau dos Ferros em 2020









Fonte: Adaptado de IBGE (2021).

Devido à sua topografia, Pau dos Ferros apresentava condições favoráveis para estimular a expansão do mercado comercial da época, bem como os meios de comunicação. Por esses motivos, era mais fácil manter as relações comerciais com outras áreas de influência do Rio Grande do Norte (Barreto, 1987).

No ano de 1859, foi criada a feira semanal com o objetivo de avançar e movimentar o comércio local. No entanto, a atividade econômica durou pouco tempo, e os motivos não são explicados pelo autor. Partindo para o ano de 1868, discutiu-se na câmara municipal a idealização de uma nova feira, sendo esta reestabelecida no final de julho daquele ano. Em 1873, foi criada a feira semanal de Luís Gomes, com funcionamento aos sábados (Barreto, 1987).

O autor supracitado ainda destaca que Pau dos Ferros, devido à sua localização geográfica — situando-se no centro das serras de agricultura e nas proximidades do curso d'água do Rio Apodi-Mossoró — possuía bom desenvolvimento para a pecuária e a agricultura. Contudo, em 1877, 21 anos após sua emancipação, o município enfrentou uma estiagem prolongada que perdurou por três anos, terminando em 1880. Esse acontecimento fez com que inúmeras famílias saíssem de suas casas em direção às regiões litorâneas, devido ao fenômeno climático diferenciado dessas áreas. Apesar das adversidades ocorridas, muitas famílias permaneceram nesse território e, ainda em 1880, o comércio voltou à normalidade.

Nesse período, percebeu-se que as atividades de criação e cultivo se faziam presentes desde seu desmembramento, constituindo grandes fontes de riqueza para a economia, bem como para a formação da identidade cultural local.

Já em 1900, o município de Pau dos Ferros apresentava uma área de 1.204,87 km², representando os atuais oito municípios apresentados no quadro. Isso ocorre porque, segundo Souza (2019), os municípios de Luís Gomes (1890) e São Miguel (1876) já haviam sido fragmentados de Pau dos Ferros. Por essa razão, é importante salientar que, de acordo com o IBGE (2021), a população de Pau dos Ferros em 1900 era de 5.827 habitantes, registrando uma perda de 70,32% em relação ao ano de 1872.

No ano de 1933, não foram fornecidos dados populacionais, dificultando a análise do aumento ou diminuição do número de habitantes do município. No entanto, em relação ao número de municípios, Alexandria (que continha a área de Tenente Ananias) foi desmembrada em 1930, passando a representar seis municípios, com uma área de 996,24 km².

Em 1960, Pau dos Ferros possuía uma área territorial de 671,95 km², correspondendo a cinco municípios atuais (Pau dos Ferros, Rafael Fernandes, Água Nova, Encanto e Riacho de Santana), que ainda não haviam sido desmembrados. Nesse período, Marcelino Vieira já havia sido elevado à categoria de município, em 1953. Segundo o IBGE (2021), em 1950, a população total do município era de 17.517 habitantes. Em 1960, houve uma redução de 4,8%, passando para 16.678 habitantes.

O aumento populacional observado nesse período deu-se, segundo Souza (2019), a partir da ação interventora do Estado, pois, após 1960, pequenas cidades no Nordeste se desenvolveram e passaram a exercer um papel de relevo na dinâmica regional. No Rio Grande do Norte, apenas algumas cidades se destacaram nesse contexto, formando uma rede urbana verticalizada, e Pau dos Ferros foi uma delas, com a instalação de serviços públicos regionais.

A partir de 1970, todos os atuais municípios foram desmembrados do limite territorial do município de Pau dos Ferros, sendo definido pelo IBGE (2017), por uma área de 277,65 km² e uma população de 12.138 habitantes. Comparada à população de 1960, houve uma redução de 27,2% do total populacional, possivelmente provocada pela emancipação dos municípios de Rafael Fernandes, Água Nova, Encanto e Riacho de Santana, embora, nesse período, segundo Souza (2019), o município já contasse com importantes órgãos estaduais e federais instalados em seu território.

Em 1991, o município de Pau dos Ferros ainda apresentava uma área de 277,65 km² e registrou um crescimento populacional considerável, passando de 12.138 habitantes em 1970

para 20.827 habitantes, representando um aumento de 71,58%. Outro ponto relevante foi a modificação do limite da divisa municipal com o município de Martins, ocorrida a partir de 1993, com o desmembramento de Serrinha dos Pintos.

No ano de 2020, a população estimada do município de Pau dos Ferros era de 30.802 habitantes, representando um novo aumento considerável em relação ao número de habitantes, de aproximadamente 47,89%. Com o avanço tecnológico, o IBGE atualizou suas bases cartográficas e passou a representar, de forma mais precisa, os limites territoriais dos municípios brasileiros. Para Pau dos Ferros, houve uma redução da área territorial para 259,96 km², em comparação aos 277,65 km² apresentados até 1991, o que representa uma diminuição de 6,8% do território paufferense.

Considerações finais

O presente trabalho demonstrou que a formação territorial do município de Pau dos Ferros sofreu grandes transformações ao longo dos últimos 149 anos. Essas modificações ocorreram em decorrência das emancipações políticas dos municípios limítrofes, principalmente após 1930, culminando com o desmembramento de Rafael Fernandes em 1963.

Os produtos cartográficos elaborados evidenciaram que os municípios mais ao sul foram desmembrados primeiro, seguidos pelos demais municípios. Isso ressalta a importância da cartografia para a representação e análise dos fenômenos espaciais, neste caso, do processo de formação territorial do município.

Entre os materiais consultados, verificou-se que o IBGE se destacou como o órgão que forneceu os dados mais confiáveis sobre a formação territorial municipal. Os dados locais, como livros e documentos antigos, apresentaram informações incertas e, por isso, não foram utilizados no presente artigo, mas poderão ser aproveitados em estudos futuros sobre a formação territorial em escala municipal.

Importante salientar que houve dificuldades na obtenção dos documentos locais, decorrentes da pandemia de covid-19, que inviabilizou a visita aos órgãos em tempo hábil para a execução da pesquisa. Nesse caso, fundamentamo-nos nos dados obtidos pelo IBGE, conforme citado anteriormente.

Salienta-se que se faz necessária a discussão sobre a metodologia adotada pelo IBGE para a divisão territorial municipal, uma vez que observamos mudanças nos limites territoriais

mais recentes, provavelmente devido à melhoria das técnicas e ao avanço tecnológico observado nos últimos 20 anos.

O uso do SIG também deve ser considerado neste trabalho como ferramenta importante para a elaboração dos mapas temáticos e para a obtenção das áreas em quilômetros quadrados, evidenciando a redução territorial do município ao longo do período analisado. Além da área territorial, a análise comparativa com o número de habitantes permitiu demonstrar como essas alterações modificaram a configuração populacional, passando da terceira maior população em 1872 para a 18ª nos dias atuais, segundo dados do IBGE (2021).

Portanto, espera-se que o presente trabalho sirva como fonte de pesquisa e estimule o aprofundamento na discussão sobre o processo de formação territorial do município, considerando que este estudo é pioneiro na região.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- BARBOSA, J. R. A. Formação territorial e oligarquias estaduais: notas sobre o uso desigual do território norte-rio-grandense. **Revista Interface**, n. 12, p. 34-54, 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/3192>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- BARRETO, J. J. **História, Tradição e Realidade**. Rio Grande do Norte: Pau dos Ferros, 1987.
- CASCUDO, L. C. **Os nomes da terra**. Natal: Fundação José Augusto, 1968.
- CAZZOLATO, J. D. **Novos Estados e a divisão territorial do Brasil: uma visão geográfica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. ISBN 978-85-7975-034-2.
- CAVALCANTE, M. B.; DIAS, T. A.; DINIZ, M. (org.). **Portalegre do Brasil: história e desenvolvimento – 250 anos de fundação de Portalegre**. Natal: EDUFRN, 2010.
- COSTA, F. R. **Inundações urbanas no semi-árido nordestino: o caso da cidade de Pau dos Ferros-RN**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
- DANTAS, M. **Denominação dos Municípios**. Rio Grande do Norte. 2. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2008. [1922].
- FERREIRA, A. L.; SAMPAIO, A. L. P. Entre o céu e a terra: aspectos da religiosidade na constituição territorial de Pau dos Ferros/Brasil. *In*: URBICENTROS V: CENTRALIDADES PERIFÉRICAS/PERIFÉRIAS CENTRAIS, 2016, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2016.
- GOMES, R. C. C. A fragmentação do território no Brasil e a reprodução das relações de poder: uma leitura a partir do Rio Grande do Norte. **Sociedade e Território**, Natal, v. 27, n. 1, p. 231-250, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/index>. Acesso em: 5 jun. 2021.
- GUEDES, J. A.; FREITAS, F. W. S. Cartografia do desmembramento de municípios no Estado do Rio Grande do Norte (1980-2000). **Revista Geotemas**, v. 9, n. 3, p. 23-40, 2019. DOI: <https://doi.org/10.33237/geotemas.v9i3.3981>. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/article/view/940>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2021.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2017. **Evolução da Divisão Territorial do Brasil**. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15771-evolucao-da-divisao-territorial-do-brasil.html>. Acesso em: 10 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2020. **Malha municipal**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 15 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2021. **História – Pau dos Ferros Rio Grande do Norte - RN**. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/pau-dos-ferros/historico>. Acesso em: 20 jul. 2021.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1976.

MENEZES, P. M. L.; DIAS, A. C.; COSTA, B. F. Involução cartográfica do estado do Rio de Janeiro. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA (EGAL), 9., 2003, Mérida. **Anais** [...] Mérida, 2003.

MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. Democracia e cidade: divisão social da cidade e cidadania na sociedade brasileira. **Análise Social**, v. 11, n. 174, p. 87-109, 2005. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/34298/24047>. Acesso em: 20 jul. 2021.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, R. C. **O papel do gasto público na interiorização do urbano no semiárido nordestino: o caso de Pau dos Ferros – RN e de sua região após 2000**. 2019. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

TEIXEIRA, R. B. Gênese e formação histórica do território potiguar: uma breve análise a partir da cartografia. **Confins**, Paris, p. 1-20, 2017. DOI: 10.4000/confins.12355.

CRediT Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Agradecimentos ao Departamento de Geografia, particularmente pela cessão do Laboratório de Geoprocessamento, para a elaboração dos produtos cartográficos e da escrita do texto.
 - ☐ **Financiamento:** Não houve financiamento.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não há conflito de interesses.
 - ☐ **Aprovação ética:** Os dados utilizados foram secundários, não havendo a necessidade de encaminhamento para o Comitê de Ética.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Os dados e materiais utilizados no trabalho estão armazenados no laboratório de Geoprocessamento, e pode ser disponibilizado mediante solicitação pelo e-mail dos autores.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** A autora Paula Ravenna de Figueiredo Gomes foi a responsável pela análise e elaboração dos mapas, construção do referencial teórico e construção do Banco de Dados Geográficos. Já o coautor, Franklin Roberto da Costa, ficou responsável pela construção da metodologia e elaboração dos mapas, assim como contribuiu na análise dos dados espaciais, juntamente com a autora principal.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação
Revisão, formatação, normalização e tradução

